

Instituto Federal de Brasília – IFB
Pró-reitoria de Ensino - PREN
Coordenação Geral de Graduação
Profa. Ms. Hellen Cristina Cavalcante Amorim

Seminário “A Educação Superior no Contexto do Plano Nacional de Educação - PNE 2011 - 2020
“Resumo”

No dia 31 de agosto de 2011 estiveram reunidas várias instituições de educação do Brasil para explanar sobre as estratégias para atingir as metas para o Ensino Superior referentes ao Plano Nacional de Educação 2011 a 2020. O IFB foi representado pela Professora Mestre Hellen Cristina Cavalcante Amorim, Coordenadora Geral de Graduação, da Pró-Reitoria de Ensino do IFB. O Seminário ocorreu no Espaço Oásis, no Setor de Indústria Gráfica, em Brasília – DF. Foram dois dias de evento. No primeiro dia foram apresentadas as metas para a graduação, e no segundo, o assunto tratado foi relacionado à Pós-graduação.

Em Minas Gerais, colocou o parlamentar Inácio, todas as instituições de Ensino Superior do Estado adotaram o ENEM, palavras do representado deste Estado, em sintonia com as políticas do MEC. A universidade deve sair dos seus muros e entrar na sociedade. Não dá mais para estabelecer fronteiras entre o federal, estadual e municipal, pois cria dificuldade para uma relação produtiva positiva. Caminho da convergência, com a facilidade do Ministro do MEC.

O segundo integrante da mesa foi o Sr. Luiz Cláudio, Secretário da Secretaria de Educação Superior. Estamos concluindo a primeira versão do Relatório para o relator do PNE, com conclusão até final de novembro, na Câmara. O Ensino Superior, Meta 12, propõe elevar a taxa bruta para 50% e líquida para 30% para a população de 18 a 24 anos de idade. Nos cursos presenciais menos da metade das vagas foram preenchidas. Há portanto problema de demanda porque a oferta parece ser maior do que a procura. Outro problema é o resultado oferecido pela avaliação das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, dados abaixo daquilo que nós poderíamos aguardar e esperar. Os dados são muito ruins. Há uma grande diferenciação entre o Sul, Centro Oeste e Norte. Na matemática, por exemplo, houve um preenchimento das vagas de 72%, enquanto, no nordeste não ultrapassou a 30%.

A lentidão é que está trazendo desconforto. O dado que deve ser colocado é como incorporar a este direito subjetivo. Direito de ser alfabetizado na idade certa. Ocupar o espaço pedagógico com novas técnicas, esse é um desafio que passa pela formação de uma nova formação do professor. O Ensino Superior tem esta grande missão. Precisamos fazer juntos. Um dos problemas das vagas é não ter eficiência em atender os alunos na idade certa. Há vários problemas na demanda e oferta para o Ensino Superior, mas com uma ação conjunta é possível., mobilizando todos os Estados do nosso País.

O Secretário disse que a meta não depende somente de aprovação, mas sim, de gestão. O integrante disse que a educação superior é elemento essencial para o desenvolvimento do País. Foi colocado três pontos: Meta 2, 3, 14, 15 e 16. A primeira reflexão é que de todos os segmentos há um grande compromisso com a qualidade da educação. O Ensino Superior entende as especificidades de cada instituição do Brasil. Devemos saber que é preciso trabalhar com colaboração entre os Entes Federados, com instituições públicas e privadas. A segunda reflexão é aquilo que o Ministro Haddad conseguiu quebrar no discurso de que um País que quer ser justo, que avança, que dar oportunidades iguais, não pode discutir em qual segmento vai investir, não leva a nada. Temos que investir em Educação, com visão sistêmica.

Como falar de qualidade da educação sem formação do professores. Os profissionais para melhorar a Educação Básica estão nas universidades. Como terceira reflexão é a questão da cooperação internacional com solidariedade, como exemplo, a ajuda do Brasil à África, dar o Ensino Superior a este país. O Brasil é um país que recebe convite de todos os países, é um grande foco atrativo no Ensino Superior. 100 mil bolsas a Presidente Dilma está dando para alunos do

Ensino Superior.

Amanhã no encerramento teremos propostas de estratégias efetivas para o PNE.

Presidente da Câmara do Conselho Nacional de Educação

Priorizar uma das emendas: prevê a locação de 10% do recurso do PIB para a educação brasileira, com avanço paulatinamente de 7% a 10% para a construção do Sistema Nacional de Educação, com prioridade para o Ensino Superior.

O Seminário continuou com a discussão observando que o PNE veio desde o Império. Temos agora um Plano que representa um retrato do País. É preciso que tenha leis de responsabilidade, é necessário que os brasileiros possam acompanhar o atingir das metas. São muitos os desafios. Tocou novamente sobre a visão sistêmica. É, sim, o nível superior responsável para os demais profissionais.

Foi apresentada uma exposição/debate dos convidados que compuseram a mesa. O Secretário abordou os caminhos e dificuldades. O Governo Federal tem cinco ações diretas que terão continuidade nos próximos 10 anos. A primeira estratégia é a Expansão da Rede Federal do Ensino Superior, com novas universidades públicas, chamada de expansão orgânica. As vagas nos últimos anos foram duplicadas. Temos a autorização para trabalhar com as universidades estaduais e municipais. Lançamento do projeto de lei que garante recurso e pessoal para esta expansão, pela Presidenta. Já estão no congresso os 4 projetos de lei das universidades. O segundo ponto são os Institutos Federais, proposta belíssima, na formação de professores, formando além de licenciados e bacharéis, tecnólogos, e Ensino Técnico de Nível Médio e vamos continuar com esta expansão. A terceira etapa é o ensino à distância. Houve grande avanço no número de matrículas. A Universidade Aberta do Brasil, teve uma projeção menor do que o secretário esperava, pois não faz justiça com qualidade.

Quem achou que a educação à distância era para ganhar dinheiro está fora. Quem trabalha hoje com a EAD é comprometido. O Ensino Superior à distância tem que vencer o preconceito. O conhecimento está perto e não distante. Vencer o modelo. Para ela caminhar os polos devem ser das universidades, não podem ficar somente sob a responsabilidade dos Municípios, por exemplo, deve ser com parceria, até mesmo de várias universidades em conjunto. Um quarto desafio são as não públicas, como o FIES. Estamos trabalhando com o Fórum, FNDE e outros. Estamos avançando. Tem convicção de que o financiamento é 3,4% ao ano, sem fiador, o juro é negativo e a instituição não tem risco porque o governo garante se o estudante não pagar. As instituições para terem o FIES passa por uma análise de qualidade para obter o programa.

Vão expandir o FIES para o mestrado profissionalizante na área de educação – Licenciatura. A lei autoriza este financiamento, talvez, com isenção. Outro ponto é o PROUNI. A presidenta tem uma clareza rara sobre este programa. A pessoa tem que ter até três salários mínimos, através do ENEM, obter este financiamento, sem pagar nada. O SINAES que deve ser revisto, e deve estar sendo com o CONAES. Desafio da pós-graduação, das metas. Vamos nos ater a esta meta 2. O Ensino Superior oferece 2,3 milhões de vagas com qualidade. Forma no Ensino Médio 1,5 milhão de pessoas. O outro desafio é maior que o de 2002 para 2009, que subiu de 300 mil para um milhão de formandos. Mas entra 1,5 milhão. E sai do sistema por ano 1 milhão. Há 500 mil de evasão. Se reduz a taxa pela metade de evasão, somente em 10 anos 2 que a evasão mostrará índice de diminuição. Precisamos atuar na evasão, as causas são muitas, até as pessoais. A evasão antigamente era mudança de curso e não de instituição. A taxa de evasão do PROUNI é de 11%. , Por exemplo, no caso do Ensino Superior, evasão é sair do Ensino Superior. Foi dito que para diminuir a evasão uma universidade no Brasil, o próprio Reitor chama todos os estudantes que deixaram os seus cursos a partir do ano 2000 para voltarem a concluir o curso, usando a metodologia mista, presencial e à distância, para facilitar o processo ao aluno.

Outro desafio é falar no PNE de qualidade, quando aponta para porcentagem. O Secretário procura nos Ministérios quais os profissionais que faltam no mercado de trabalho. Fato comprovado no curso de Medicina, que após a consulta saiu o Plano Nacional da educação médica, por exemplo.

4 cursos no País correspondem a 2/3 das matrículas no Ensino Superior.

Outra fala de um integrante teve como tema “Brasil potência só com educação” - Ele era o representante das instituições particulares. Há uma preocupação em investir 10 milhões nas entidades não públicas. Foi apresentado uma projeção do crescimento das matrículas, na Graduação, CST e EAD. Como atender a meta de 30%? Aumentando a base de universitários de 6 para 10 milhões. 1 milhão por ano a partir de 2012. 750 mil no ensino não público, 200 mil no ensino particular. Chance única na história. O país, de 2011 a 2020, vai ter uma população de 150 milhões de idade no mercado de trabalho. Temos que desenvolver um planejamento estratégico com formulação de políticas, estratégias em conjunto. Deve-se ter ações do governo dando total apoio, com campanha de comunicação, aprimoramento dos mecanismos de financiamento e incentivo. Devemos incrementar no Ensino Médio para o sistema de ensino das universidades aumentar. Devemos incentivar pessoas de mais de 24 anos a fazer o Ensino Superior, cuidando da evasão, buscando os alunos que saíram, nos últimos 10 anos.

Teremos um estoque de alunos de 1988 até 2002 de 20 milhões de alunos que não entraram no Ensino Superior. Por que estes alunos não estão interessados. Por que tanta evasão? Uma pesquisa demonstrada no evento demonstra que para a melhoria da qualidade na educação estes pontos devem ser observados: agregar valor: melhoria dos programas e flexibilização curricular, desenvolver a Graduação Tecnológica e EAD, seguindo modelos inovadores, qualificação do professor, instalação e infraestrutura, promover junto ao congresso a aprovação de leis de incentivo ao Ensino Superior, incentivar formas de financiamento. Para os alunos que apresentarem menor poder aquisitivo, deve-se ter um aumento nos recursos do FIES, com a criação de fundo de crédito, desenvolvimento de ações para apoiar a qualidade do Ensino Médio e universitário, Sistema complementar online, com apoio online, promoção dos sistemas de avaliação, que o MEC não desconfie dele. A primeira oportunidade é esta parceria das particulares com o MEC. A burocracia do Estado dificulta qualquer processo fácil de ser resolvido. Estratégias de comunicação para promoção do projeto. Promover em todas as mídias a valorização das experiências de sucesso.

Outro representante – ABRUC

A ABRUC congrega privado, e não particular. Comunitária, filantrópica e confessional. Mais de 1 milhão de estudantes na graduação. A grande dificuldade de se falar no Ensino Superior começa a ser superado pela própria mesa hoje. Pois temos que falar de muitas coisas e setores. Agora temos o público e o não público. O ganho de hoje é a parceria, os convênios, entre a união do público e privado.

Para conter a evasão deve-se ter programas na área social, sociologia, direito, assistência social, programas especiais para pesquisa, e o tripé (ensino, extensão e pesquisa).

Professor do CONIF – ANDIFES – Meta 12

O integrante começou o seu discurso falando do Institutos Federais. Colocou que a extensão da Rede Federal de Educação Profissional é uma mudança que trará reflexo para a sociedade. Possuem uma proposta brilhante os institutos federais. São instituições verticalizadas, do nível mais simples ao complexo. Tem no nascimento um preceito que é ser distribuído geograficamente. Temos cerca de 420 institutos. Aconteceu com o Lula o aumento de 140 para 420. Há a pretensão de se chegar a 600 no final de 2014. Permite que estejam presentes em pequenos e grandes municípios. Temos que nos esforçar em políticas que fomentam a formação de professores, recebendo alunos qualificados para eles não evadirem. O que acontece muito no Ensino Superior é que há uma aparente causa para o não acesso e permanência neste nível de escolaridade que é o crescimento da demanda concentrado nas classes C, D e E, e instituições não públicas, o que só prejudica, pois são pobres e precisam pagar.

Na parte da tarde a palavra de um Pró-reitor.

Meta 13 – da elevação da qualificação docente com a ampliação de mestres e doutores a 75%, sendo 35% doutores. Tem que vir acompanhado da valorização do professor do ensino, pesquisa e extensão. Remete que a atuação docente desconectada do PNE ou do tripé fica formação desconectada do mundo do trabalho. 1/3 da engenharia não apresenta as competências para o trabalho. Reduz a possibilidade de geração do conhecimento novo, para inovação com qualidade. Nós temos que cuidar da relação entre qualidade e quantidade da produção científica do País. O Brasil ocupa hoje o 35º lugar em publicações. Do ponto de vista da extensão não contribui para o desenvolvimento da região. Do ponto específico das federais, a expansão do PROUNI não atende toda a demanda dos cursos novos. Em algumas áreas não há mestres disponíveis. Os doutores apresentam dificuldades em atuarem em instituições novas que não desenvolvem a motivação para atuação na pesquisa, extensão e ensino, levando o docente sair desta instituição para outra que atenda suas necessidades. Outro fato que dificulta atingir a meta 14 é o fato que acontece em algumas áreas de elevada demanda do mercado: a bolsa não é atrativa, e muitos nem conseguem recursos para fazer o curso de doutorado. A evasão geralmente apresenta este quadro: de 20 a 30 alunos que iniciam o doutorado, somente 5 alunos concluem.

Significa que o mercado está consumindo sua mão de obra, justificativa para não quererem fazer o doutorado frente ao salário que recebem. Devemos flexibilizar o valor da bolsa em função da área do conhecimento. Já tem uma pesquisa que desenvolve “doutorando na empresa”, 4 mil de bolsa em dinheiro. Do ponto de vista das não públicas o fato agrava ainda mais, pois geralmente não incentivam os professores na pesquisa, etc. A falta de uma política institucional clara para o tripé é um fator que prejudica. Uma boa opção é a de flexibilizar a contratação de doutorando em fase final de conclusão, permitindo que ele conclua o doutorado já exercendo a função de doutor. A progressão vertical sem a titulação é outro fator de desestímulo. Nas federais há o agravante da proibição do afastamento no estágio probatório. Existe um programa importante de inter, com o MINTER e DINTER, onde há a formação em bloco do corpo docente. Porém com as restrições impostas com as regras da avaliação impedem que atenda toda a demanda de formação que se tem hoje no Brasil. Uma instituição para oferecer um inter precisa ter conceito na pós-graduação de 5, 6 ou 7, conforme os indicadores do SINAES. Temos que convencer a CAPES dessa possibilidade. Outra possibilidade seria flexibilizar para o consórcio para a oferta de inter. A questão do oferecimento do Minter ainda não está resolvida, pois para o norte e centro oeste há muita necessidade de forte investimento nesta meta.

Um participante falou que temos que resolver questões relativas ao Ensino Médio. 50% dos participantes deste nível de escolaridade estão descontentes. E a situação piora ainda mais, pois 58% não entram na escola. Temos 1,6 milhão de vagas não preenchidas, com um número de evasão de 45% no Ensino Superior. Geralmente os alunos não gostam do curso. Temos a proposta de oferecer 70 mil bolsas de mestrado e doutorado, com as universidades americanas. Copiamos a pós-graduação dos Estados Unidos, mas a graduação nossa não permite mobilidade social. No Brasil os instrumentos de avaliação se parecem mais com de regulação. É preciso agora fazer uma expansão com qualidade, com princípios, diretrizes e metas, com dados regionais definidos. Criar uma universidade com cursos itinerantes, 10 cursos itinerantes, modular, laboratórios ambulantes, Cuidado para não abrir o mesmo curso, por exemplo, temos cidades onde todos oferecem somente a pedagogia. Devemos ofertar também cursos de bacharelados.

Camem, Pró-reitora de graduação no Paraná.

O doutor é muito mais pesquisador, mais do que professor, então falar que a qualidade da educação vai depender disso é complicado, pois os cursos que devem ter a percepção do mercado são as especializações. O doutor que é o novo gerador do conhecimento. A meta precisa ser reestruturada, pois as particulares, como as faculdades, não precisam de pesquisa como obrigação.

Cristiano – Bucuri.

As universidades do interior apresentam suas sedes mais próximas das Capitais, mas longe estão os campus. Temos que fixar e atrair os docentes que vieram dos campus avançados para ficarem nos campus mais distantes. Temos que ter programa, infraestrutura para a pesquisa.

Rondônia – Pró- reitor de infraestrutura.

Penso que poderemos ter um grande ganho qualitativo com a proposta dessas metas para a pós-graduação. Para muitos professores o mestrado ainda é um sonho impossível, pela falta de comunicação, sonha com conhecimento distante, A indissociabilidade tem que existir. O doutor acha que agora é só pesquisar, mas ele não compreende que deve inverter para a sala de aula e comunidade o que aprendeu no doutorado. Professor lida com a questão do tripé. Verifica-se que em determinadas regiões, os recém-formados na pós não têm condição de permanecer naquela instituição sem estrutura, então ele vai embora. Se a UNB já sofre com infraestrutura, imagina em Rondônia a dificuldade para eles se fixarem e produzirem nestas regiões.

Angelo – Bacuri

Acha que a meta deveria ser 100%. Depende da vontade política e programa para tal.

Washington – Pró-reitor de Ensino do IFMG

Desde o técnico até o doutorado a formação didática é negligenciada na pós-graduação. A formação didática na Pós-graduação é importante. Tem algumas áreas que não tem nem candidato a professores. Tem que crescer os mestrados profissionais, buscam outro tipo de profissionais, inclusive os da educação. Um doutor sem ter entrado no mercado de trabalho deixa a desejar, pois não tem o contato com o mercado de trabalho.

Rio Grande do Sul

A extensão tem mais significado hoje. A mobilidade acadêmica deverá ser feita não só na pós-graduação, mas também na extensão. Não tem agência de fomento, e sim, somente programas para a extensão.

Secretário da Secretaria do Ensino Superior

No segundo dia tivemos a presença do secretário da secretaria do Ensino Superior. A publicação brasileira vem das instituições de Ensino Superior, tanto público quanto privado, 90%. A CAPES é fundamental para que a expansão na pós-graduação seja não só quantitativa, mas também qualitativa.

CNPQ – Ana Lúcia

O enfoque hoje no MEC é direcionado para os quatro eixos de sustentação: financiamento, proporção da inovação, tornando o Brasil competitivo internacionalmente, fortalecimento das pesquisas científicas e tecnológicas e por fim, formação e capacitação de recursos humanos.

Sobre a formação de recursos humanos a atuação do CNPQ vai desde o apoio ao Ensino Médio até a pós-graduação, oferecendo bolsas diversas, empresas com programas para mestres e doutores nas empresas.

A meta para ampliação de bolsa de mestrado e doutorado. Hoje 20 mil bolsas, para 2014

total de 35 mil bolsas. Sem o “ciência sem fronteira”. Pretendemos chegar a 120 mil bolsas para todos os níveis. Temos que ampliar o orçamento que 2010 foi 845 milhões, e a meta é atingir 1,7 milhões para todos.

Temos que adotar uma ação para suprir a carência e a necessidade de ampliação de engenheiros com competência que venham a ajudar no crescimento do país.

O programa “Ciência sem Fronteira” iniciou-se com a graduação em forma de sanduíche. Atua com as fundações de amparo à pesquisa com ações conjuntas. Temos vários programas pronex, pronem. Se vinculam a área de recurso humanos.

Maria Lucia Cavalle – UFTM

Gostaria de enfatizar dois pontos: o aumento da flexibilidade do sistema federal, para a conquista da autonomia de suas políticas, com recurso necessário para esta.

Jorge da PUC – Rio Grande do Sul

O programa “Ciências sem fronteiras”, apresentou um forte aumento de titulados no exterior (doutorados plenos) e como resultado natural da qualificação da pesquisa, foi desenvolvido um foco maior para a infraestrutura de pesquisa e menor para o ensino (no doutorado).

Inserção da inovação na agenda nacional de C&T – maior interação universidade – empresa – governo – emergência dos ecossistemas ambientes de inovação – aumento da demanda por mestres e doutores nas empresas (nacional e internacional com centros de P&D no Brasil).

Desafios: Mudança da demanda por titulação de mestres e doutores fundamentalmente para doutores, pois precisam atender demandas da academia e das empresas que é um resultado natural da qualificação e sofisticação do SNPG, substitui a antiga Carta-consulta.

Novos desafios resultantes – equacionar a revalidações de diplomas obtidos no exterior, reduzir o *turn over* dos novos contratados nas IFES, desenvolver políticas de fixação dos doutores nas diversas regiões do país, reduzir as assimetrias inter e intra regionais, apoiar a pesquisa (infraestrutura, acervos qualificados, grupos de pesquisa, atuação em rede e interdisciplinar).

Ações propostas – Pesquisa: ampliar o apoio para Infraestrutura de pesquisa, induzir áreas estratégicas, estimular a criação de redes e projetos de pesquisa em associação, manter e expandir programas de fixação de jovens doutores (PNPD), manter e expandir o portal de periódicos (acervo digital de referência).

Pós-graduação – reforçar o Minter e o Dinter, estimular os programas em rede e associação alinhados com as demandas estratégicas das diferentes regiões, ampliar os mestrados profissionais, foco no doutorado, reduzindo tempo de titulação, ações diretas de fixação dos doutores recém-contratados na montagem de laboratórios qualificados de pesquisa, flexibilização seletiva de critérios de avaliação para novos programas, foco na internacionalização, fronteira de qualificação do SNPG, resolver desafio das revalidações, unificando o sistema.

Fomento – expandir o financiamento por meio das agências oficiais de fomento, criar mecanismos que estimulem a alocação de recursos de outras fontes, expandir o financiamento público reembolsável, tipo FIES, tanto para o mestrado profissional como para o acadêmico, induzir as ações interinstitucionais, via bolsas para áreas de grande demanda para sustentar o período de desenvolvimento que o País vivencia, atuar no sentido de reduzir as assimetrias inter e intra regionais, editais abertos para todo o sistema.

Jorge Guimarães – CAPES – jguimaraes@capes.gov.br

PNE – hoje é o sexto plano – Eixos do PNE 2011 – 2020 – expansão do SNPG (assimetrias), criação da agenda nacional de pesquisa, aperfeiçoar a avaliação, interdisciplinaridade, apoio a

outros níveis de ensino.

Temas relacionados: aumento do OIB, integração entre órgãos de governo para que componham uma agenda estratégica nacional, reforma do arcabouço legal, para maior flexibilidade no uso dos recursos, racionalizar os rígidos mecanismos de controle externo (TCU, CGU e MPU), entraves burocráticos, apoio aos grupos emergentes.

Nós produzimos mais do que a Rússia e Suécia. Em 1981 estávamos distante da Alemanha 18 vezes e hoje estamos 3 vezes, e a Alemanha, é o terceiro local. Se não produzirmos pelo menos 3 publicações no mestrado e doutorado, não passaremos do 13º lugar.

Em impacto de produção o Brasil está em 14º lugar, com 3,04, chegando perto da China que tem 3,08.

O SNPG deve considerar novas modalidades de interação entre universidade e sociedade: atenuação da distância entre a produção e sua apropriação pública, criação de agendas compartilhadas, participação das instituições universitárias na formulação e implementação das metas nacionais de desenvolvimento.

O SNPG deve: dar atenção à diversidade curricular e a formações mais compatíveis com o conhecimento já disponível, usar os indicadores de solidariedade como instrumento para a ampliação do parque nacional de pós graduação, contemplar o espalhamento não linear das áreas do conhecimento e a criação de centros de excelência em ensino e pesquisa de padrão internacional, que deve ser feito dentro de universidades.

Diretrizes gerais – parcerias nacionais e internacionais, investir nas atuais gerações de crianças e jovens, importância às questões ambientais na pós graduação, como a criação de biodiversidade.

Assimetrias – indução de programas em áreas de interesse nacional e regional, em especial a Amazônia e o mar, análise dos indicadores nacionais por mesorregiões.

Sistema de Avaliação – para os cursos que obtiveram menção 6 e 7 as avaliações deveriam ser realizadas em intervalo maior de tempo, incorporando parâmetros que não sejam os das áreas básicas e acadêmicas, usando critérios que contemplem assimetrias.

Interdisciplinar – parâmetros: convergência de temas e o compartilhamento de problemas, boa ancoragem disciplinar e formação diversificada, dupla ou até mesmo tripla orientação, flexibilização curricular, pactuada uma agenda brasileira de pesquisas, definindo prioridade e problemas estratégicos.

Recursos humanos para empresas: integração da política de CT&I, estímulo à atividade de pesquisa nas empresas, ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias, contemplar a integração entre universidades, governo e empresas.

Programas Nacionais – planejamento energético, oceanografia e mudanças climáticas, defesa nacional, formação em pós graduação dos quadros de pessoas dos governos, saúde, desenvolvimento social, segurança pública, educação tecnológica e formação profissional – como a PRONATEC.

Cooperação internacional – scholarships abroad, binational doctoral colleges, etc,

bolsa no exterior 2010 - 5 mil brasileiros – 3/4 na Europa e 1/4 na América, por causa do acordo

Internacionalização – envio de mais estudantes ao estrangeiro para fazer PhD em áreas defasadas em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo, expandir os programas de graduação e doutorado sanduíche, estímulo a atração de mais alunos visitantes do estrangeiro, apoiar avanços na produção científica qualitativa, aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.

Educação Básica desde 2008 – maior desafio: entrou no PNPG – deve ser o grande desafio de todas as universidades, tem o papel importante precisa abrir as portas para as crianças aprenderem a matemática e a ciência, para vencer as exigências na engenharia. A Capes vai levar o programa para as universidades, que durante as férias das crianças as universidades dariam o reforço para elas.

Outras diretrizes – ampliação dos bancos de dados, criação de um comitê assessor

permanente e independente, apoio das publicações nos principais periódicos nacionais, garantia da continuidade do portal de periódicos e aumento do acesso para novas instituições que desenvolvam pesquisa e pós graduação.

Políticas indutivas: áreas estratégicas – Administração e gestão, por exemplo. Novas Fronteiras.

Metas PNE – titulação de 25 mil doutores, 60 mil mestres e 6000 mestres profissionais por ano a partir de 2020. BR entre os dez países maiores produtores de conhecimento.

Maria Lúcia: Meta 15 e 16

Formação de professores e a articulação do Estado. Metas: Todos os professores da Educação Básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atua. Formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós graduação *Lato e Stritu Sensu* e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Pressuposto: a formação é uma das garantias de padrão de qualidade compatível com os parâmetros internacionais.

Questões: como cumprir essas metas, considerando: 2 milhões de professores na Educação Básica, sendo que 1,3 milhões estão no Ensino Fundamental e 369 mil na Educação Infantil, então seriam 600 mil para serem formados. 600 mil formação inicial, 2 milhões educação continuada e mais 500 mil pós graduação.

Tem que ter uma articulação sistêmica de todos para conseguir atingir esta meta. No contexto da discussão a respeito da Educação Básica, certos consensos que induzem à implementação de formação, valorização e profissionalização do magistério, que contemple de forma articulada tais desafios: Plano de carreira, jornada de trabalho integral, piso salarial com remuneração compatível, educação continuada, vinculação das licenciaturas às escolas públicas, fundamentos relação teoria/prática com investigação e relação pós, currículos menos fragmentados, formação integral, com múltiplas dimensões e compromisso institucional das IES: envolvimento de todas as licenciaturas. Parfor.

Conhecimento de literatura, de filme, de teatro, de música. Precisamos alargar a nossa capacidade de formação. Não pode ser técnica científica de conteúdo somente para a docência, tem que ser direcionada ao desenvolvimento de um leitor/pesquisador. Não podemos dissociar processo de formação. Não pode dissociar a pedagogia do processo da específica. Temos que entrar no primeiro dia em sala de aula. Processo de formação prática de ensino. Com compreensão do problema desde que ele entra no primeiro dia na escola. Professor que não conhece a realidade escolar não consegue fazer a diferença. Vincular licenciaturas com alunos da escola pública. Fazer a formação lá nas escolas. Tem que ir para onde está o problema. A docência não é idealizada, mas sim, praticada. Rever as estruturas das licenciaturas. Licenciaturas integradas, exemplo, ciências da natureza. Núcleo de estudos de formação básica (comum a todos os cursos). Grupo de estágio comum com todas as licenciaturas (universidade Católica de BSB). Disciplinas comuns.

Valorização profissional: salário, tempo integral, carreira, educação continuada, formação.

O PNE não estaria com forte tendência à formação em detrimento às condições de trabalho? Temos que ter infraestrutura das escolas, assistência estudantil e tempo integral. Planejamento estratégico: dimensionamento da demanda, programas interinstitucionais de formação nos estados, diretrizes nacionais para reformas curriculares. Com financiamento de 10% do PIB com qualidade da educação com responsabilidade de todos, programa de integração dos jovens, universitários nas escolas de EB.

Modelo de licenciatura: formação por áreas, não por somente uma área específica.